



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

PMSC
Fls. <u>40</u>
Rubrica <u>[assinatura]</u>
Mat. n°.: <u>464</u>

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 103.050/2022.

Interessado: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Modalidade: Dispensa de Licitação.

Objeto: Locação de impressoras multifuncionais (copiadora/impressora/scanner), para atender a demanda das diversas secretarias municipais de Serra Caiada/RN, incluindo o fornecimento dos equipamentos (novos e 1º uso), serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e de todo o material de consumo necessário perfeito funcionamento dos equipamentos, exceto papel.

EMENTA: Direito Administrativo. Direito Constitucional. Contratação Direta. Locação de impressoras multifuncionais (copiadora/impressora/scanner). Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93. Possibilidade.

I - RELATÓRIO

O presente processo administrativo trata da Contratação do serviço de **Locação de impressoras multifuncionais (copiadora/impressora/scanner), para atender a demanda das diversas secretarias municipais de Serra Caiada/RN, incluindo o fornecimento dos equipamentos (novos e 1º uso), serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e de todo o material de consumo necessário perfeito funcionamento dos equipamentos, exceto papel,** que após pesquisa mercadológica obteve êxito a empresa A T GONDIM DE ALMEIDA, com o fito de atender demanda da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, para os diversos setores.

Depreende-se dos Autos a existência de Solicitação de Despesa exarada pelo Setor Requisitante com a descrição fidedigna do objeto e justificativa, além de Termo de Referência onde há a pormenorização da descrição da contratação pretendida e obrigações das partes, bem como justificativa; Autorização para abertura de processo; previsão orçamentária já adequada à LOA, PPA e LDO, bem como demais documentos pertinentes à contratação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

A pretensa contratação encontra arcabouço no artigo 24, II, da Lei nº 8666/93. É o que importa relatar.

PMSC
Fls. <u>43</u>
Rubrica <u>[assinatura]</u>
Mat. nº.: <u>3464</u>

II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A Constituição Federal brasileira preconiza em seu artigo 37, XXI, a obrigatoriedade de processo licitatório para contratações públicas, ressalvadas algumas exceções especificadas em leis.

Assim, temos que uma das exceções suso referidas é a Dispensa de Licitação, meio de contratação direta, que pode ser utilizada quando respeitadas algumas características e de forma Discricionaria à Administração.

No presente caso temos a pretensa contratação direta por meio de Dispensa de Licitação prevista no artigo 24, II, da Lei nº 8666/93, nos seguintes termos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; - grifos meus

Em outras palavras, a fundamentação desta Contratação está atrelada ao valor encontrado para a prestação do serviço solicitado, **não havendo na peça exordial qualquer menção a serviço contínuo** o que ensejaria outra forma de contratação, de modo que neste caso, é cabível a contratação direta.

Importante frisar que a obrigatoriedade do Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica de acordo com o Decreto Federal nº 10.024/2019 e Instrução Normativa nº 206, 16 de outubro de 2019 refere-se especificamente as decorrentes de transferência voluntária, tais como tais como convênios e contratos de repasse, o que não é o caso em tela, haja vista não haver menção a qualquer recurso de cunho federal delineado no processo como fonte de pagamento à demanda pretendente.

Logo, depreende-se dos autos, a **devida descrição do objeto** devidamente caracterizado, bem como as obrigações das partes e a forma como se deseja que o serviço seja prestado logo na peça inaugural de Solicitação de Despesa e Termo de Referência. Por conseguinte, há o parâmetro de preços atrelado ao processo por



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

PMSC
Fls. <u>42</u>
Rubrica <u>[assinatura]</u>
Mat. n°.: <u>164</u>

meio de pesquisa mercadológica junto a fornecedores, condizente com a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, do Ministério da Economia, conforme se depreende das fls. 17-28

Consoante exegese jurídica acerca de normativos, muito embora já exista indícios que indicam a regularidade processual até o presente Parecer, sugiro a observância dos requisitos elencados na Resolução nº 028/2020 do Tribunal de Justiça Estadual do Rio Grande do Norte, principalmente no que diz respeito ao art. 10 e seguintes, os quais tratam da composição do processo de realização da Despesa Pública.

Importante salientar que há no **processo comprovação da idoneidade** da empresa que apresentou menor valor na proposta de preços, o que fortalece a possibilidade e regularidade da contratação proposta.

III - CONCLUSÃO

Por tudo que foi exposto, em caráter opinativo, entendo que o Processo Administrativo de nº 103.050/2022 atendeu completamente aos requisitos legais, acordo com a legislação vigente, estando, pois, regular para a contratação direta proposta.

Serra Caiada/RN, 17 de março de 2022.

RÂMIDA RAIZA DE OLIVEIRA PEREIRA GONÇALVES
Procuradora Geral
OAB/RN nº 14.285